



ACÓRDÃO Nº 934/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11155/2014.

Apensos: Processo nº 11250/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Tabatinga.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Messias Figueiredo de Souza (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Luce Elaine Bento de Andrade - OAB/AM nº 3.477 e Lana Kelly de Andrade Sampaio - OAB/AM nº 4.008.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 584/2019-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tabatinga. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular as Contas Anuais da Câmara Municipal de Tabatinga, Exercício 2013, de responsabilidade do **Sr. Messias Figueiredo de Souza**, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b" e "c" da Lei n.º 2.423/1996, em razão da permanência das falhas e restrições não sanadas arroladas na fundamentação do Voto;

10.2. Considerar em Alcance o Sr. Messias Figueiredo de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga, à época do exercício 2013, no valor de **R\$ 442.917,85** (quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos dezessete reais e oitenta e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Tabatinga, corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução



ACÓRDÃO Nº 934/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

n.º 04/2002-RITCE/AM, devido às restrições abaixo listadas e não sanadas. O referido montante deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM:

10.2.1. Valor de **R\$ 14.875,01** (quatorze mil e oitocentos e setenta e cinco reais e um centavo), referente ao item n.º 07;

10.2.2. Valor de **R\$ 4.440,00** (quatro mil e quatrocentos reais), referente ao item n.º 60;

10.2.3. Valor de **R\$ 57.900,00** (cinquenta e sete mil e novecentos reais), referente ao item n.º 61;

10.2.4. Valor de **R\$ 3.102,84** (três mil, cento e dois reais e oitenta e quatro centavos), referente ao item n.º 62;

10.2.5. Valor de **R\$ 362.600,00** (trezentos e sessenta e dois mil e seiscentos reais), referente ao item n.º 63.2;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Messias Figueiredo de Souza, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, “c”, do RITCE/AM, pelo atraso e/ou não envio, do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do exercício 2013, via sistema GEFIS, conforme item n.º 01, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Messias Figueiredo de Souza, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, II, “a”, do RITCE/AM, pelo não atendimento, sem causa justificada, à diligência do Tribunal, conforme **item n.º 02**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



ACÓRDÃO Nº 934/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Messias Figueiredo de Souza, no valor de **R\$ 15.361,20** (quinze mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos), com fulcro no art. 308, I, "a", do RITCE/AM, pelo atraso e/ou não envio, via sistema ACP, da movimentação contábil da referida Casa Legislativa, conforme itens n.º 42 e 43, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.6. Aplicar Multa ao Sr. Messias Figueiredo de Souza, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 308, VI, do RITCE/AM, c/c art. 54, II, da LOTCE/AM, por graves infrações às normas legais, mencionadas nos itens n.º 3, 4, 5, 6, 8 a 11, 16 a 40, 43 a 59, 63.1 e 64, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.7. Aplicar Multa ao Sr. Messias Figueiredo de Souza, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e



ACÓRDÃO Nº 934/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

oito centavos), com fulcro no art. 308, V, do RITCE/AM, c/c art. 54, III, da LOTCE/AM, por atos de gestão ilegítimos que ensejaram dano ao erário, mencionadas nos itens n.º 7, 60, 61, 62 e 63.2, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.8. Determinar a expedição de ofícios aos seguintes órgãos e entidades, **devendo a SEPLENO** encaminhar cópia digital, por meio de CD-ROM, do presente processo:

10.8.1. Ministério Público Federal e Procuradoria do INSS, para averiguação dos indícios de irregularidades e improbidade administrativa, consoante item n.º 08, da Fundamentação do Voto;

10.8.2. Sistema Municipal de Previdência de Previdência Social sobre recolhimento de contribuições previdenciárias a menor, conforme item n.º 07;

10.8.3. Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre recolhimento de contribuições previdenciárias a menor, conforme item n.º 08, e

10.8.4. Ministério Público do Estado do Amazonas – MPE/AM, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10.9. Recomendar à Câmara Municipal de Tabatinga que:

10.9.1. Observe os preceitos constitucionais e legais sobre a admissão de servidores pela regra do concurso público, insculpidos no art. 37, II, do RITCE/AM;

10.9.2. Providencie, tempestivamente, a publicação dos Demonstrativos Fiscais e a remessa de dados ao Sistema GEFIS;

10.9.3. Providencie, com ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos dados e informações estabelecidas nos arts. 48 e 49-A, da Lei Complementar nº 101/2000;

10.9.4. Proceda aos recolhimentos de contribuições previdências ao INSS e ao Instituto Municipal de Previdência, nos valores restantes, discriminados na fundamentação do Voto.



ACÓRDÃO Nº 934/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 24 de Setembro de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral